



remaea

Comunidades tradicionais nas pesquisas em Educação Ambiental: a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável nos discursos sobre o território

Rejane Leal Candido¹

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8651-1888>

Laís de Souza Rédua²

Universidade do Estado de Minas Gerais - UEMG

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1281-3805>

Danilo Seithi Kato³

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3065-6812>

Resumo: Os enunciados atribuídos à sustentabilidade e ao desenvolvimento sustentável têm evocado disputas que perpassam os mais distintos sentidos, fato que reflete também nos movimentos enunciativos das pesquisas acadêmicas. O objetivo do artigo é analisar os sentidos de sustentabilidade e de desenvolvimento sustentável a partir dos enunciados das produções científicas, quando o contexto das comunidades tradicionais e dos

¹ Graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestre em Educação pelo Programa de Pós Graduação em Educação da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências (GEPIC) e do Projeto EArte (Estado da Arte da Pesquisa em Educação Ambiental). Email: rejanelealcandido@gmail.com

² Graduada em Ciências Biológicas (Licenciatura) pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM). Mestre em Educação pela Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e doutoranda em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Membro dos grupos de pesquisa Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências (GEPIC/UFTM); Laboratório de Investigações em Narrativas, Currículos e Educação (LINCE/UEMG); A temática ambiental e o processo educativo (ÁGORA/UNESP Rio Claro). Corpo editorial da Revista Cadernos CIMEAC. Docente no magistério superior na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG/Divinópolis). Email: lais.redua@hotmail.com

³ Graduado em Ciências Biológicas pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto (2003), Mestre em Ensino de Ciências e Matemática pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. Doutor pelo programa de Educação Escolar da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP. Docente na Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), no curso de Licenciatura em Educação do Campo. Professor colaborador, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação da UFTM - PPG. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisa em Interculturalidade e Educação em Ciências (GEPIC/UFTM). Email: katosdan@yahoo.com.br

territórios é mobilizado. O procedimento metodológico foi do tipo Estado da Arte de teses e dissertações publicadas em Educação Ambiental no Brasil. Foram analisados os enunciados de duas pesquisas, e como principal resultado observamos que, na primeira pesquisa, os enunciados sobre as práticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais se dão de maneira complementar ao território indicando uma proximidade com a perspectiva da sustentabilidade; enquanto que, no segundo trabalho, o Desenvolvimento Territorial Sustentável é uma premissa defendida que se aproxima da ideia do próprio desenvolvimento sustentável.
Palavras-chave: Estado da Arte; Projeto EArte; Discursos acadêmicos; Práticas sustentáveis; Território.

Comunidades tradicionales en la investigación en Educación Ambiental: sustentabilidad y desarrollo sustentable en los discursos sobre el territorio

Resumen: Los enunciados atribuidos a la Sostenibilidad y al Desarrollo Sostenible han suscitado disputas que permean las más diversas acepciones, hecho que también se refleja en los movimientos enunciativos de la investigación académica. El objetivo del artículo es analizar los significados de Sostenibilidad y Desarrollo Sostenible a partir de los enunciados de las producciones científicas cuando se moviliza el contexto de las comunidades y territorios tradicionales. El procedimiento metodológico fue del tipo Estado del Arte de tesis y disertaciones publicadas en Educación Ambiental en Brasil. Se analizaron los enunciados de dos investigaciones y como principal resultado se observó que en la primera investigación los enunciados sobre las prácticas desarrolladas por las comunidades tradicionales se dan de manera complementaria al territorio indicando una proximidad con la perspectiva de la Sostenibilidad, mientras que en la segunda trabajar el Desarrollo Territorial Sustentable es una premissa defendida que se acerca a la idea misma de Desarrollo Sustentable.

Palabras clave: Estado del Arte; Proyecto EArte; Discursos académicos; Prácticas sostenibles; Territorio.

Traditional communities in Environmental Education research: sustainability and sustainable development in discourses about the territory

Abstract: The statements attributed to Sustainability and Sustainable Development have evoked disputes that permeate the most different meanings, a fact that is also reflected in the enunciative movements of academic research. The objective of the article is to analyze the meanings of Sustainability and Sustainable Development from the statements of scientific productions when the context of traditional communities and territories are mobilized. The methodological procedure was of the State of the Art type of theses and dissertations published in Environmental Education in Brazil. The statements of two researches were analyzed and as main result we observed that in the first research the statements about the practices developed by the traditional communities are given in a complementary way to the territory indicating a proximity with the perspective of Sustainability, while in the second work the Sustainable Territorial Development it is a defended premise that is close to the idea of Sustainable Development itself.

Keywords: State of the Art; EArt Project; Academic speeches; Sustainable practices; Territory.

Introdução

Os objetivos para o desenvolvimento sustentável (ODS) surgem para traçar metas globais a serem atingidas até 2030. No entanto, desde 1987, a Organização das Nações Unidas (ONU) traz em seu arcabouço a institucionalização do DS como forma de se promover qualidade de vida, saúde e sustentabilidade planetária. Tendo se tornado hoje meta e aspiração de grande parte da humanidade, o DS constituiu discursos⁴ que têm gerado

⁴ Assumimos que discurso, a partir das ponderações de Bakhtin, é uma postura valorativa no dizer, cujo resultado é vislumbrado em enunciados concretos, presentes nos mais variados textos, sejam eles escritos ou falados.

enunciados em constante disputa. Ou seja, ao ser acionado em distintos contextos, seja político, social, econômico, ambiental e acadêmico, sua legitimação é atravessada pelo lugar de onde é enunciado.

Para a compreensão do conceito de enunciado, estabelecemos sua diferença em relação à palavra, conforme Bakhtin (2003). A palavra pura e simples não representa um ato comunicativo, já que isenta de um contexto de uso específico. No entanto, quando se torna um enunciado, em uma ação discursiva, a palavra – na qualidade de enunciado – é capaz de mobilizar a intenção do enunciador. A palavra, então, na acepção de Bakhtin (2003), pode ser um enunciado legítimo, ou seja, provocar em alguém uma atitude, configurando-se em enunciado concreto. O enunciado, unidade real do discurso, presume uma comunicação social, uma vez que o interlocutor não é um ser passivo, mas sim alguém que, ao ler e compreender o enunciado, assume para si o que ele quer dizer, dando a ele um sentido, uma resposta, um posicionamento.

Segundo Bakhtin (2003), essa complexidade é a característica principal do enunciado. O autor, ainda, considera que cada discurso será definido de acordo com as perspectivas que o enunciador possui do seu interlocutor para elaborar seu enunciado, ou seja, há uma intencionalidade e, nesse sentido, é preciso se ater a pontos como: quem irá acessar esse enunciado, seu conhecimento sobre o assunto, suas convicções (BAKHTIN, 2003). Este enunciado se constrói a partir da enunciação⁵, abarcando elementos que possibilitam articular a ideia dos sentidos que a palavra vai ganhando. Assim, ao olharmos para os enunciados de onde são discutidas questões ambientais pautadas em DS e/ou sustentabilidade, identificamos um terreno em disputa, já que os sentidos para cada *locus* enunciativo terão como base algo inerente àquele que enuncia.

A manutenção da sinonímia entre DS e sustentabilidade, caso não se trate de desconhecimento da base dos conceitos, torna-se uma estratégia para fins economicamente lucrativos; prolongando, assim, a ideia dicotômica e hegemônica entre ser humano/natureza. Isto é, colocando os elementos naturais não humanos como recursos disponíveis a serem utilizados para fins econômicos. Dentro do campo da economia, a natureza se distancia do ser

⁵ Compreendemos enunciação, também a partir de Bakhtin, como a realização da atividade mental, direcionada pela orientação social, que pressupõe a interação com interlocutores concretos. Das enunciações, portanto, são gerados enunciados que expressam, concretamente, os posicionamentos discursivos.

humano e mantém a mesma lógica de produzir sentidos sobre esses discursos de relação com e na natureza.

Por meio de conhecimentos impressos em suas práticas e nas relações estabelecidas com seu território, os povos e as comunidades tradicionais caracterizam sua cultura na natureza. Volóchinov (2017, p.31) traz a discussão de que “tudo que é ideológico possui significado e remete a algo situado fora de si mesmo”. Para esses grupos, no entanto, a natureza significa complementaridade, e não algo externo às suas vivências; tendo, assim, um sentido distinto daqueles que a utilizam como local de extração e extrapolação de bases naturais.

A sustentabilidade, como parte de um processo inverso ao hegemônico, é posta muitas vezes de forma dissimulada quanto à sua origem. É utilizada para posicionamentos econômicos e políticos numa tentativa de amenizar condições ambientais que a “ciência econômica⁶”, que molda nossas vidas, não consegue de forma integral considerar que se trata de uma externalidade que deve ser interiorizada. Leff (2010, p.21) defende que “esse ‘campo das externalidades’ ambientais ou ecológicas não pode ser pensado sob o ponto de vista da economia que se construiu e se institucionalizou negando a contribuição dos processos ecológicos para a produção”. O autor, ainda, complementa que “a dimensão cultural do desenvolvimento humano, os mundos de vida e os sentidos existenciais das pessoas” vieram de “uma economia que instaurou no mundo fingindo ignorar, em última instância, as condições de sustentabilidade da vida [...] e da economia” (LEFF, 2010, p. 21).

Essa internalização provém de um princípio que entende a economia como um subsistema sujeito às condições impostas pelo sistema ecológico. Ao longo de muitos anos, porém, a natureza sempre foi o “reino da abundância” e, hoje, temos percebido e vivido os reais impactos desse posicionamento que, em prol do desenvolvimento, não internalizou as relações ambientais. O contrário disso significa estabelecer outra lógica com a natureza, a partir da qual os sentidos atribuídos ao termo sustentabilidade deixam de ser fixos e passam

⁶ Para Leff (2010), essa é uma ciência distinta das outras ciências, que elaboram suas hipóteses teóricas que são verificadas ou refutadas com os dados da realidade. A teoria econômica constitui-se num paradigma ideológico-teórico-político, gerando um mundo que transborda suas externalidades: alteração dos equilíbrios ecológicos do planeta, destruição dos ecossistemas, esgotamento dos recursos naturais, desigualdade social, entre outras.

a variar conforme a comunidade enunciativa. A sustentabilidade, assim, pode ter seu sentido construído a partir de um universo maior.

Leff (2010) complementa que a “[...] sustentabilidade é construída no encontro, desencontro e confrontação de sentidos do ambiente e da sustentabilidade; na dissonância entre racionalidade econômica e a racionalidade ambiental”. Esse caminho se faz a partir da “desconstrução do insustentável e a construção de uma sustentabilidade gerada por um diálogo de saberes que dão lugar, inclusive, ao encontro de outridades irreconciliáveis que terão de conviver em suas diferenças” (LEFF, 2010, p.234).

Significados e sentidos, construídos a partir da relação intrínseca do ambiente com quem dele faz parte, estabelecem vínculos do ser humano com os outros elementos da natureza. Tomamos como exemplo as comunidades tradicionais, que se distanciam do modelo hegemônico de desenvolvimento, em uma forma de resistência e/ou alternativa, fundando-se numa relação de cosmovisão (diferentes visões de mundo) (SILVA; GUEDES, 2017). A visão de mundo, nessa perspectiva, se reconhece e se organiza a partir do princípio da complementaridade, ou seja, da construção de uma unidade a partir da diferença, da singularidade e do pertencimento. Nesse sentido, a reflexão baseada no pertencimento vem acompanhada, de acordo com Ibáñez e Ledezma (2013), do repensar a relação que tem sido a base da episteme ocidental em torno da visão de mundo, da compreensão de ciência, do lugar do Estado e de como se dá a presença dos habitantes em seus territórios. É o que Santos e Meneses (2009) consideram como outras epistemologias, denominando-as de “Epistemologias do Sul”.

Podemos, então, discriminar dois enunciados para a compreensão de sustentabilidade. No primeiro deles, sustentabilidade se dá como sinônimo de DS; e no último, como “tradução” das práticas de vida, subsistência, ser e estar das comunidades tradicionais, a partir de suas territorialidades.

Já que os campos discursivos evocam sentidos distintos, nos interessou saber quais sentidos são atribuídos à sustentabilidade e ao DS nos enunciados produzidos no campo das pesquisas acadêmicas, quando atrelados às comunidades tradicionais na perspectiva de seus territórios. Para responder a esta pergunta, partimos da análise dos sentidos de sustentabilidade e de DS a partir dos enunciados das produções científicas (dissertações e

teses), quando o contexto das comunidades tradicionais e dos territórios é mobilizado. Buscamos, então, a partir da territorialização, compreender como os enunciados das pesquisas são construídos.

Procedimentos Teórico-Metodológicos

Este artigo é um recorte de uma dissertação de mestrado, da qual se teve como perspectiva analisar os enunciados de dois trabalhos: uma dissertação de mestrado e uma tese de doutorado (P1 e P2, respectivamente), que tinham em sua centralidade de discussão o conceito de sustentabilidade atrelado às de práticas desenvolvidas por comunidades tradicionais. Assim, buscamos a construção de sentidos e significados quando ambos os termos ocupavam o mesmo excerto.

Inseridas no campo qualitativo, pesquisas do tipo “Estado da Arte, “Estado do Conhecimento” ou, ainda, “Metapesquisa”, para Romanowski e Ens (2006), oferecem uma importante contribuição para elaboração de um campo teórico em determinada área de conhecimento. Sistematizando e apreendendo a amplitude do que se tem produzido, possibilitam delinear as características principais de um campo de estudo. Este trabalho, por isso, ateu-se a esse quadro metodológico.

A constituição do *corpus* documental teve como fonte o projeto realizado pelo Grupo Interinstitucional de Pesquisa sobre Estado da Arte em Educação Ambiental no Brasil, no período de 1981 a 2016, o “Projeto EArte”. Trata-se de um Banco de Dissertações e Teses constituído por um acervo com 4.520 trabalhos catalogados até o mês de setembro de 2021, selecionados a partir do Catálogo de Dissertações e Teses da CAPES.

O aporte teórico-metodológico, para a seleção dos trabalhos, partiu dos autores Romanowski e Ens (2006) e do Círculo de Bakhtin⁷, pois, pela compreensão bakhtiniana, a palavra é uma arena de disputa de enunciados e ideologias, assim, a palavra aqui é um marcador discursivo que metodologicamente contribuiu na delimitação das pesquisas. Para a primeira busca no Banco EArte, utilizamos o termo “sustent” (possibilitando elencar as

⁷ Círculo de Bakhtin é como se conhece, historicamente, o grupo de estudiosos que constituiu o campo teórico para entendimento da língua como manifestação ideológica dos sujeitos, diferenciando-a da língua como produto de uma abstração normativa e gramatical. Entre seus componentes, destacam-se Bakhtin, Volochinov e Medvedev.

palavras Sustentabilidade, Sustentável, Insustentável) no item “qualquer campo” do Banco, função esta que filtra o termo nos títulos, no resumo e nas palavras-chaves de todos os trabalhos do acervo. Não determinamos um recorte temporal, permitindo, assim, que o Banco retornasse o máximo de trabalhos possível. Essa pesquisa contemplou todos os trabalhos datados de 1981 até 2016 dentro dos 4.520 trabalhos disponíveis. Como retorno desta primeira etapa, obtivemos 1.554 trabalhos.

Em seguida, dentro deste universo de 1.554 trabalhos, fizemos buscas de cruzamentos utilizando os termos “comunidades tradicionais” e/ou “comunidade tradicional” juntamente do termo “sustent”. Os trabalhos que apresentaram, em algum campo (resumo, título e/ou palavra-chave), ambos os termos, foram selecionados. Ao fim, focamos naqueles que trouxeram os termos “comunidades tradicionais” e/ou “comunidade tradicional” junto de “sustent”, no título e no resumo. Desse modo, foi de interesse da pesquisa dar centralidade às discussões focando nas comunidades tradicionais e sustentabilidade, já que ambos estão em evidência. Chegamos a dois trabalhos para leitura na íntegra, defendidos em 2015.

A Pesquisa 1 (P1) é uma dissertação de mestrado, intitulada “Diálogo entre a escola e o saber fazer de uma comunidade tradicional: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável”, da autora Jaqueline Maria Alexandre Weiler, produzida na Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI) pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e defendida no ano de 2015. A Pesquisa 2 (P2) é uma tese de doutorado, intitulada “Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação marinho-costeira no litoral de Santa Catarina”. É de autoria de Carina Catiana Foppa, foi realizada na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), no Programa de Pós-Graduação em Educação Ambiental e também defendida em 2015.

O recorte das análises se deu a partir da leitura, na íntegra, dos trabalhos. Os excertos selecionados tiveram como critério da busca o termo “sustent”, em todo o trabalho. Selecionamos os trechos em que o prefixo aparece - ora designando sustentabilidade, ora DS - junto de questões que envolviam o território das comunidades. Criamos seções para discutir como têm sido construídos os enunciados nessas pesquisas quando abordam e associam

comunidades tradicionais, território, sustentabilidade e DS, tendo sido essas as demarcações estabelecidas para os dados analisados.

A construção desses enunciados, quando manifestam essas perspectivas articuladas, coloca em trânsito a produção de um conhecimento autorizado pelo campo acadêmico. Nesse sentido, produz movimentos discursivos próprios, que seguem certas regularidades nas formas de produção. Nesse movimento, seus enunciados, construídos e expressos através da escrita, são carregados de vozes consideradas hegemônicas – normalmente outros autores, teorias etc.

Esse desenvolvimento, pensado a partir de um modelo de acúmulo de capital e bens materiais, sugere processos de construção de sentidos e significados que materializam os enunciados a partir da palavra, a qual é uma arena discursiva onde signos ideológicos se expressam (VOLÓCHINOV, 2017). Portanto, a materialidade dos enunciados que trazem as comunidades tradicionais, territórios, DS e sustentabilidade ecoam sentidos que vão justapor a diferentes perspectivas sobre esses aspectos, seja alimentando a ideia das comunidades tradicionais como meio de expansões desenvolvimentistas e capitalistas, seja as entendendo por outros processos.

Isso quer dizer que buscamos identificar nos enunciados evidências do processo de atribuição de sentidos e significados nos elementos destacados como foco desta pesquisa; expondo, assim, a impossibilidade de neutralidade na materialização da língua, na produção de um texto e nos enunciados dos discursos acadêmicos. Esta análise adentra esse movimento, de forma que os sentidos desses enunciados são construídos de acordo com esse *lócus* enunciativo, e não de um juízo de valor acerca das autoras ou das pesquisas.

Comunidades tradicionais e território: os enunciados sobre Sustentabilidade e Desenvolvimento Sustentável nas pesquisas em Educação Ambiental

Na seção anterior fizemos uma caracterização mais geral dos trabalhos de onde os excertos foram retirados; e nesta seção desenvolvemos os sentidos construídos no universo da pesquisa. De modo geral, temos dois contextos de pesquisa que aludem às comunidades tradicionais e às perspectivas da sustentabilidade e/ou do DS. Esse aspecto foi percebido na busca do prefixo “sustent” nos trabalhos pesquisados, o que nos chamou a atenção para o

fato de o DS sempre aparecer com frequência, e não sustentabilidade, termo que era mais esperado nesta busca. Isso reforça que há uma divisão entre essas palavras, mas é possível considerar também uma justaposição de seus sentidos, o que alimenta a disputa dos discursos que versam sobre ambos os termos. Ou seja, para se falar em sustentabilidade, o DS é convocado para esse contexto também, seja distinguindo-o ou não.

No trabalho que designamos de P1, o objetivo principal foi viabilizar práticas e condições de aprendizagem no âmbito educacional que integram propostas de práticas sustentáveis. Partindo de uma perspectiva metodológica de observação participante junto à comunidade, foi realizado um mapeamento dos saberes e fazeres a partir das narrativas dos moradores. Como parte dos resultados da pesquisa, foi indicado que os saberes e fazeres ativos na comunidade, ainda que não estejam formalizados no currículo escolar, circulam pelo espaço do Centro Educacional levados pelos alunos.

Já o trabalho P2 realizou um estudo de caso em uma comunidade de território marinho-costeira, tradicionalmente ocupado, e que foi afetado pela criação de uma Unidade de Conservação (UC) de Proteção Integral - o Parque Estadual do Acaraí. A criação desta UC decorreu do licenciamento ambiental da Empresa Vega do Sul (Arcellor Mittal) que, como compensação ambiental, criou a UC de Proteção Integral como resposta às medidas conservacionistas. O contexto da realização da pesquisa foi formado por comunidades que se vinculam direta e indiretamente a esse território. É uma área de conflitos com intervenção judiciária, que possui importantes ecossistemas costeiros e valor paisagístico explorados pelo turismo e atividades industriais. Como parte dos resultados e discussões, apontou-se a maneira como esta UC diverge da dinâmica local, com sentido preservacionista de exclusão da presença da diversidade étnica, de grupos e de relações com os recursos naturais.

A articulação território-comunidade tradicional foi um aspecto que perpassou as pesquisas quando as questões de sustentabilidade e/ou DS eram mencionadas. Esse indicativo somou-se à compreensão de que o território se expressa como uma categoria muito importante para dinâmica e produção de conhecimento das comunidades tradicionais. Isto porque, conforme salienta Toledo; Barrera-Bassols (2015), a organicidade dessas comunidades mantém um legado de hábitos, princípios e valores contínuos, agregando novos elementos - reinventando -, o que tem garantido sua permanência em lugares por longos

períodos. Nessa relação, as condições do território sob influência do meio natural e os modos de subsistência e sobrevivência estabelecidos nele sugerem, muitas vezes, uma forma de complementaridade.

A introdução de trabalho P1 trouxe elementos para compreender o contexto da comunidade, tendo como ponto de partida o relato da própria pesquisadora ao anunciar a memória e o seu pertencimento a esta comunidade como forma de delimitar como ela se situa dentro de sua pesquisa. Nas seções posteriores, o percurso metodológico foi apresentado. Ele se fez, principalmente, a partir de entrevistas, nas quais os participantes são nomeados como “fontes da comunidade” e “fontes do território escolar”. Ao contextualizar a pesquisa, numa seção próxima, foram expostos os tópicos “O território da pesquisa: um lugar de vida”, seguido do “Reconhecendo o outro território da pesquisa: o espaço escolar”, para apresentar os dois contextos base de construção do trabalho.

Dentro das discussões teóricas, seção importante que busca a aproximação da proposta estudada aos referenciais teóricos que dão suporte a ela, a comunidade tradicional foi destacada enquanto um espaço no qual a escola se insere. Ela convida a conhecer melhor onde se constrói este espaço escolar. Ao construir a seção “Comunidade Tradicional, Que Espaço é Esse?”, são enunciadas características únicas que a definem como uma organização social, tendo como referência o Decreto no 6.040⁸ e Diegues (2000):

Excerto 1: Adotar o termo “Comunidade Tradicional” pode ser considerado um risco quando se compreende o quanto ele possibilita interpretações. Entretanto, toma-se como referência nesta pesquisa o conceito **explicitado no Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Tal documento, em seu Artigo 3, compreende os povos e as comunidades tradicionais como: [...] **grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007, p. 316)**. Mais do que se “enquadrar” em características que definem se uma comunidade é ou não tradicional, o texto do Decreto faz menção à dimensão do reconhecer-se como culturalmente diferenciado. (P1, p.55)
[...] Diegues et al. (2000) falam em “Sociedades tradicionais” e apontam que se trata de um tipo de organização social composta por: [...] **grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de**

⁸ Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm Acesso em: 25 out, 2022.

relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente (P1, p.55).

Ao fazer referência à política nacional de DS para povos tradicionais (BRASIL, 2007), a expressão “Comunidade Tradicional” foi demarcada pela pesquisadora, em conformidade com o documento oficial. Na construção do documento – precedida por um debate em que sujeitos pertencentes a comunidades identificadas como tradicionais participaram ativamente – os próprios povos se apropriaram e se autorreconheceram no que o termo exprime, o que reflete um processo de autodenominação. Em outras palavras, ter esta designação em um documento oficial a partir de um autorreconhecimento, e não de uma denominação que foi dada por um outro para esses sujeitos, evidencia, em certa medida, um espaço de visibilidade das lutas encaradas por essas comunidades para garantia de seus direitos.

Ao chamar o documento oficial para o texto, assumiu-se que ele é composto de diferentes vozes, de diferentes grupos, que se autodenominam tradicionais. O autor citado pela pesquisadora, Diegues (2000), caracteriza as comunidades tradicionais a partir de sua relação com a natureza, a comunidade, o território, entre outras; reforçando e/ou sendo complementar ao que é descrito na redação governamental oficial. Portanto, há uma estratégia de trazer à tona sentidos sobre essa palavra no que tange à legitimidade da nomenclatura nos documentos oficiais, como a política do DS; ao mesmo tempo em que há um diálogo com outros enunciados construídos na academia - de outros autores e da própria autora que se identifica como parte da comunidade - que fazem o mesmo movimento de reconhecimento das identidades dos povos tradicionais.

Por outro lado, destacamos que a nomenclatura “povos tradicionais” foi “formalizada” em documentos oficiais de políticas ambientais no contexto do DS; o que parece demonstrar o interesse político nessa designação quando o assunto é o DS. Se por um lado trazer nas pesquisas o decreto para ressaltar a legitimidade dos povos e das comunidades tradicionais é interessante, conforme já discutimos; por outro, é preciso atenção para que esse decreto não sobressaia ou amenize os interesses do DS em determinar as próprias formas de estabelecer no território - geograficamente e simbolicamente - dessas comunidades uma ordem desenvolvimentista que possui uma outra maneira de apoderar-se do território.

Essa discussão do decreto aparece em P2 também. O documento desta pesquisa é dividido nas seções I, II e III, cada qual com uma introdução. Ao contextualizar o tópico "Situação Problema", o litoral Catarinense foi delimitado enquanto área desenvolvimentista que recebe grande incentivo para a instalação de grandes empresas, cujas ações danosas são reparadas pelas UC. Ao apontar a dinâmica e as transformações inerentes ao território tradicional, devido às UC, são trazidos como contribuição os modos de vida tradicionais para tratar do DS, contextualizando sobre quem são as comunidades tradicionais. P2 lança mão também do Decreto 6.040 para pautar a definição sobre as comunidades tradicionais:

Excerto 2: No Brasil, os contornos legais associados aos direitos tradicionais foram também acomodados pela **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais - Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 (BRASIL, 2007)**, cujas comunidades tradicionais são definidas como: **Art. 3o, I: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais; que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).** (P2, p. 6 e 7)

Logo após o excerto, foi apontado como tem sido negligenciada a relação estreita das comunidades tradicionais com o meio natural na gestão desses locais, não contemplando, por exemplo, a cogestão adaptativa⁹, compartilhamento de poder, entre outros. Em seguida, foi elucidada a necessidade de considerar as dimensões do território afetado pela UC, e que, ao observar as dinâmicas territoriais, seria possível extrair potenciais e obstáculos para novos modelos de gestão e desenvolvimento que garantam proteção da biodiversidade e demandas sociais.

É interessante notar que, em P2, o significado de comunidades tradicionais, mobilizado a partir do decreto, sugere outras intenções que, talvez, sejam mais compatíveis com a ideia de desenvolvimento. Das questões evidenciadas no excerto, a definição de povos e comunidades tradicionais parece reforçar o autorreconhecimento desse grupo. No entanto, dado o contexto do trabalho, essa definição formal é ainda insuficiente para justificar as formas como esses grupos se estabelecem ou devem se estabelecer nos territórios, visto que

⁹ Este conceito pode ser entendido como um processo no qual arranjos institucionais de gestão compartilhada e o conhecimento ecológico são testados e revisados de forma dinâmica e contínua (OLSSON; FOLKE; BERKES, 2004).

o foco de P2 centrou-se na gestão das relações naturais estabelecidas nele pela influência da UC.

Nesse sentido, retomamos a questão de como este enunciado do decreto pode sugerir, nos enunciados das pesquisas e em outros que pairam sobre a própria categoria DS, questões bem conflituosas. Isto porque, de um lado, não há como negar que é uma forma de legitimidade, mas, por outro, essa mesma legitimidade pode estar a serviço de um discurso desenvolvimentista, cujo DS tem protagonizado esse movimento. O efeito que o DS pode provocar, na perspectiva das formas de estar no território das comunidades tradicionais, é o esvaziamento das memórias construídas e consolidadas por esses grupos, colocando o desenvolvimento (que no modelo capitalista visa manter a relação no e com o ambiente para as questões econômicas) acima das relações construídas por esses povos, e produzindo (ou retroalimentando) um contexto que Toledo; Barrera-Bassols (2015) chamam de amnésia biocultural.

O estado de amnésia biocultural corresponde aos “[...] efeitos mais perniciosos da modernização agrícola, um projeto político-ideológico imposto a partir da segunda metade do século XX com a promessa de levar o progresso e o desenvolvimento ao mundo rural e libertar a humanidade em definitivo do flagelo da fome” (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015, p.11). O DS alimenta tal estratégia de amnésia, pois a ideia de desenvolvimento que antecede a palavra sustentável é o centro do discurso da racionalidade econômica, o qual professa a ideia do desenvolvimento como evolução dos processos que mantêm atividades no território e no ambiente com base na conservação para continuidade da extração, sendo estes princípios que irão eleger territórios ou sociedades mais ou menos desenvolvidas. Por isso, o estado de amnésia que vai se instaurando nessa lógica é benéfico para a continuidade desse sistema, enquanto outras lógicas de manutenção da relação ser humano e meio natural são soterradas.

Sobre essas formas das comunidades tradicionais de habitar a terra por uma longa trajetória de utilização dos recursos e criação de sistemas cognitivos sobre os próprios recursos naturais de seu entorno, transmitidos via linguagem e oralidade para outras gerações (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015), pudemos observar alguns movimentos em excertos que trazem à tona a relação com e no território.

Nas seções iniciais, ao trazer a memória e o pertencimento como elementos importantes para contextualizar a pesquisa, P1 enunciou como a busca pela qualidade de vida, no Sul Catarinense, tem levado as pessoas a procurarem por regiões litorâneas e tranquilas, por exemplo, a praia de Taquaras em Balneário Camboriú, SC. No entanto, ela apontou os impactos que essa migração tem causado nesses locais onde vivem comunidades tradicionais. Sinalizou também para como essa condição a afetou pessoalmente, já que existe nela um sentimento de pertencimento, por ter nascido e ter sido criada junto a este território.

P1, ainda, argumentou acerca de como a chegada do “asfalto” neste território, como forma de “desenvolvimento” (aspas do próprio trabalho), aumentou a especulação imobiliária que foi deixando as atividades tradicionais de agricultura familiar sem espaço; levando, assim, a um processo de descaracterização cultural. Apoiada em Diegues (2000), ao enunciar sobre quem são as comunidades tradicionais e por que não se reconhecem nesse desenvolvimento, apontou uma forma muito singular de se relacionarem com os elementos naturais distintos da área urbana. Elemento importante deste lugar, o território foi assim descrito:

Excerto 3: Torna-se importante mencionar, também, que, **no contexto das comunidades tradicionais, o território configura-se para além de uma extensão de terra.** A inserção no campo da pesquisa, a entrada no cotidiano dos sujeitos leva a compreender que é fácil construir prisões sob a forma de um referencial teórico preconcebido. Por isso, **ao identificar in loco que o conceito de território não expressava o que de fato ele representava para a comunidade pesquisada, fez-me voltar para a literatura e adotar o princípio de território como lugar de vida** (QUADROS, 2013), dada a importância conferida a esse espaço de reprodução cultural, econômica e socioambiental (P1, p.18).

Esse lugar de vida que a autora menciona pode ser compreendido como o que melhor caracteriza o conceito de território para as comunidades tradicionais, uma vez que a importância desse espaço ultrapassa um mero conceito de extensão territorial. **É efetivamente nesse espaço que se dão as atividades econômicas, sociais e culturais, e que contam basicamente com a participação comunitária (familiares, parentes, amigos). Somam-se às atividades econômicas, as características de serem basicamente de subsistência, reduzida acumulação de capital, dominação de todas as etapas do processo de trabalho, entre outras particularidades que determinam a atividade.** (P1, p.57 e 58)

A relação que as comunidades tradicionais possuem com o seu território é o que também pode caracterizar o seu amplo conhecimento a respeito do mundo. **Essas populações que durante gerações habitam o mesmo território criam uma relação tão estreita que permite aprender, conhecer, envolver-se e, posteriormente, passar adiante seus saberes.** (P1, p.60)

O trecho, das páginas 57 e 58, foi antecedido pela exposição sobre como se dá a dinâmica das comunidades tradicionais e o porquê de serem consideradas únicas, explicando

como são construídos e difundidos seus conhecimentos. Estes foram referenciados a partir dos ecossistemas e seus ciclos, da biodiversidade em seu sentido ecológico e sociocultural (WEELIE; WALSH, 2002) ou biocultural (TOLEDO; BARRERA-BASSOLS, 2015), bem como das estratégias de manejos, que são guardadas na memória e passadas de geração para geração. Por conseguinte, a autora pontuou a noção de território do Decreto 6.040, no entanto, considerou mais apropriado trazer a definição que coloca este como um lugar de vida, selecionando este trecho. Ao final desta seção, foram mencionados as simbologias, os rituais e mitos enquanto elementos importantes da cultura dessas populações expressas em seus territórios.

A relação entre território e memória foi bastante enfatizada nos movimentos enunciativos da autora, questão que remete ao diálogo que estamos traçando a partir de Toledo; Barrera-Bassols (2015) sobre a questão da amnésia biocultural, que aposta na memória como forma de resistir a esses processos. A memória é o mecanismo intelectual mais importante das culturas tradicionais por garantir meios de enfrentamento aos apagamentos sediados pela ideia desenvolvimentista, a qual, ao tomar os territórios, tomam também essas memórias. Por isso, assim como os enunciados demonstraram esse conflito entre a posse e o não pertencimento/memórias ao território, Toledo; Barrera-Bassols (2015, p. 18) defendem que “É nessa memória que está boa parte das chaves para decifrar, compreender e superar a crise dessa modernidade, ao reconhecer outras formas de conviver entre nós e com os outros – entre os modernos e os pré-modernos e entre os humanos e os não humanos.”

Na relação das comunidades tradicionais com e no território, é possível se colocar em oposição às amnésias, pois ali as memórias são acessadas e (re) construídas. Todavia, há outras questões a serem pensadas, como por exemplo, na seção seguinte, de onde retiramos o trecho da página 60, intitulado “Saberes locais, tradicionais subjugados”. Nele, foram enunciadas as diferenças entre conhecimentos científicos e conhecimentos tradicionais, no qual se discorreu sobre como as diferenças não estão nos resultados, e sim em aspectos mais profundos, como o fato de os conhecimentos científicos não aceitarem contestações. O conhecimento tradicional, por sua vez, considerando a compreensão dos enunciados do excerto 3, definiu-se como o conjunto de saberes e de saber-fazer a respeito do meio natural e da relação que as comunidades tradicionais tecem com o território, possibilitando-as

conhecedor o mundo a partir da memória biocultural - recurso intelectual de onde esses conhecimentos são acessados e registrados com base na oralidade e no fazer cotidiano pelas formas de habitar a terra.

Já P2, em sua introdução, trouxe as esferas que precisam ser consideradas para a implantação e gestão das UC, apontando duas dimensões. A primeira diz respeito à necessidade de compreender a dinâmica dessa comunidade, que habita esse território. A segunda, à de compreender o território pela roupagem institucional que decorre da UC e a como este fato interfere na manutenção ou na erosão das comunidades tradicionais. Ainda sobre o contexto do território, foi apontada a importância de compreendê-lo a partir dos aspectos culturais, naturais, simbólicos e sociais.

Logo após as reflexões introdutórias de P2, destacamos as seguintes páginas, presentes no excerto quatro.

Excerto 4: Essa problemática, que se apresenta como necessariamente integrada e sistêmica para compreender a realidade das Unidades de Conservação em territórios ocupados tradicionalmente, mobiliza, portanto, duas abordagens com elos comuns: desenvolvimento territorial sustentável e os modos de vida sustentáveis, no intuito de pensar os elementos chave da educação orientada para gestão e desenvolvimento. (P2, p.8)

Embora as **dinâmicas territoriais tratem da expressão de diversos atores e setores, o destaque do modelo no arcabouço desta tese reside em compreender as dimensões envolvidas no fenômeno de desenvolvimento, a partir do que os comunitários percebem como importantes.** Trata-se de incorporar as proposições de Cazella et al. (2009), considerando os modos de vida das famílias na sua integridade, e não apenas seus componentes econômicos, trazendo à tona fenômenos estéticos, relações de poder, formas de resistência e adaptação, ou mesmo de inovação. (P2, p.24)

No escopo desta tese, **optou-se em atribuir um maior significado ao território ocupado tradicionalmente, sob a hipótese de reconhecer os fatores importantes que estimulem a autodeterminação dos grupos tradicionais, trazendo critérios sobre o uso sustentável dos recursos e ao mesmo tempo, renda, bem-estar, ou outros resultados pretendidos para alcançar os modos de vida sustentáveis.** (P2, p. 28)

O Capítulo 2, “O Desenho de Modelo Analítico”, descreveu o modelo analítico escolhido para a pesquisa, combinando duas perspectivas: Dos Modos de Vida Sustentáveis (MVS) e do Desenvolvimento Territorial Sustentável (DTS), cada uma contemplada em seções separadas. A primeira apresentou a estrutura conceitual e os princípios operacionais, formulações políticas e práticas advindas de discussões internacionais. E a segunda, parte do

conceito de desenvolvimento territorial, com destaque para o processo de criação coletiva e institucional, incorporando dimensões históricas e espaciais.

Em seguida, na seção “As perspectivas Normativas do Desenvolvimento Territorial Sustentável”, destacamos o trecho da página 24, o qual parte do ecodesenvolvimento até a versão mais atual deste conceito (segundo os enunciados do texto), que tem relação com o termo DTS. A evolução do conceito atrela-se cada vez mais à noção de desenvolvimento territorial, podendo substituir tradicional por regional, na expressão “desenvolvimento regional” (grifo da autora), o que permitiria uma referência simultânea ao desenvolvimento local, regional e nacional.

Ainda nesta seção, a ideia de “qualificar o desenvolvimento” se fez presente nos seguintes enunciados do trabalho: “incorporar o econômico, o social, o político, o cultural, ecológico e humano”, “desenvolvimento integral”; apontados como um caminho para se tratar, ao mesmo tempo, “paz, economia, meio ambiente, justiça e democracia, tomando as condições sociais como ponto de partida dos esforços em prol do desenvolvimento” (p.20). Para a autora, seria uma maneira de promover um “desenvolvimento reavaliado”. O território, inclusive, foi discutido na perspectiva da territorialidade e das dinâmicas territoriais, tratando das relações sociais e econômicas, na busca por minimizar a exclusão social e politizar o desenvolvimento, adicionando que é importante conhecer a trajetória do desenvolvimento para se pensar uma dinâmica produtiva a partir da configuração do território.

Posteriormente ao trecho destacado da página 24, foi elucidada a importância de se ancorar na “proposição metodológica da Trajetória de Desenvolvimento” com a participação dos atores locais, para, assim, ter condições de pensar o processo de DS. Salientando a compreensão sobre a comunidade estudada e “do sistema de conhecimento que constituem o território tradicionalmente ocupado”, foi apontado como elemento importante a reconstrução dessa trajetória de desenvolvimento, pois, dessa forma, seria possível identificar, a partir destes atores sociais, a “reconversão criativa dos modos de vida por eles vivenciados”, além de possibilitar um não distanciamento “do conjunto analítico das modalidades de instituições informais e organização socioeconômica que marcaram o processo histórico” (p.24).

Seguindo este caminho, na seção “A abordagem dos Modos de Vida Sustentáveis”, da qual frisamos o trecho da página 28, foi salientado o modelo de análise dos modos de vida tradicionais como ferramenta para reconhecer “os ativos que compõem o capital natural, físico, econômico, social e cultural e, sobretudo, na relação entre eles e o território estudado”. Segundo os próprios enunciados deste trabalho, os modos de vida foram introduzidos na pesquisa como “ferramenta conceitual para examinar as estratégias passadas em gestão e desenvolvimento, a partir de uma perspectiva diferente da análise setorial, com estreito paralelo com a proposição analítica do DTS” (p. 27). Baseando-se no excerto, a autora elencou os elementos abordados pela perspectiva dos MVS: tratar problemas sociais (pobreza e falta de desenvolvimento em áreas rurais), produção de conhecimento, bem como sua divulgação e aplicação na fronteira entre pesquisa, política e prática; para, em seguida, construir a base analítica do trabalho, que antecedeu o trecho frisado na página 28, a qual acionou outros significados para território.

O território, enquanto local de vida para as comunidades tradicionais, desenvolve-se por meio de sentidos e significados que transcendem a ideia de espaço geográfico. É a partir do território e do vínculo com o meio natural que os povos tradicionais manifestam suas culturas, saberes e de onde constroem seus conhecimentos. Vemos essa defesa nos excertos de P1, que relacionamos às questões de memória; enquanto nos enunciados de P2, o território enquanto lugar comum está a serviço de compreender as dinâmicas do DS.

Apesar de os trabalhos discorrerem sobre os enunciados buscando aproximar os modos de vida das comunidades tradicionais, existem alguns sentidos e significados que atravessam esses discursos, que ora aproximam a gestão da UC às pessoas da comunidade, ora são bem mais contundentes com um posicionamento que demarca o lugar que ocupam os sujeitos das comunidades. Na seção de abertura da pesquisa, P2 indicou que a ideia principal foi apresentar uma síntese integrativa entre DTS e MVS, o que podemos observar no trecho em destaque da página 19.

Excerto 5: A proposição de complexificar o espaço-lugar de desenvolvimento, substituindo-o pela ideia de espaço-território, possibilita identificar novas potencialidades de desenvolvimento (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006; VIEIRA; CAZELLA; CERDAN, 2006), bem como entender e mobilizar os atores que integram um dado espaço geográfico. Nesse sentido, a participação dos atores locais é condição e pilar fundamental quando se pensa no processo de desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006), demonstrando outra aproximação à abordagem dos

modos de vida, especialmente pela compreensão das similaridades entre os sistemas socioecológicos e do território como unidade de análise. (P2, p.19)

A compreensão da trajetória de desenvolvimento emoldura-se como importante estratégia para aproximar pesquisadores e gestores dos elementos que constituem o território (memórias, saberes, estratégias adaptativas) e, conseqüentemente, dos elementos em potencial e limitadores para constituir estratégias de desenvolvimento territorial e gestão para o território. (P2, p.227)

Embora os trechos do excerto 5 tenham lançado ideias como a territorialidade, observamos como os enunciados nos levam a reconhecer a sobreposição desenvolvimentista de maneira mais marcante para a relação da comunidade-território, como se essa possibilidade na atualidade só fosse concretizada dentro dessa lógica. Em outras palavras, ecoa como pano de fundo dos sentidos produzidos pelos enunciados que as comunidades devem ser reconhecidas e ter seu espaço, desde que seu modo de operar obedeça aos critérios para o desenvolvimento. O DTS maquia as críticas do DS, porém, conforme já salientado anteriormente, o fundamento desenvolvimentista paira e organiza tais relações. Estratégia que ainda parte de um princípio de amnésias bioculturais dos conhecimentos tradicionais ancestrais estabelecidos no e com o território, camuflando o gerenciamento desse espaço físico e simbólico por premissas de um sistema econômico moderno capitalista.

Considerações finais

A partir das análises dos enunciados, conseguimos perceber como os sentidos se distinguem quanto às relações das comunidades no território, quando anunciam os termos sustentabilidade e DS nas pesquisas. Dois pontos foram evidenciados nas análises: o uso de um documento oficial de política para o DS que legitima a denominação de povos e comunidades tradicionais, fazendo menção à relação territorial; o território como elemento imprescindível para a constituição, manutenção, sobrevivência e subsistência de povos, comunidades e conhecimentos tradicionais.

Nesses dois principais resultados, percebemos que, por um lado, há uma aproximação com as práticas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais de maneira complementar em P1; por outro, vemos em P2 uma aproximação com o conceito de DS ao anunciar o DTS como premissa. Portanto, há indícios que, em P1, a comunidade e o território se constituem “com”; enquanto, em P2, é predominante a perspectiva “no”. Vale ressaltar que, quando nos

propomos a analisar os enunciados das pesquisas, não fizemos juízo de valor sobre a qualidade do trabalho, apenas buscamos apresentar o quanto a escrita acadêmica pode reproduzir ou romper com os discursos dominantes. Assim, quando olhamos para o território para discutir a sustentabilidade, o entendemos como um elemento chave que aproxima ou distanciado nossa ideia de sustentabilidade das práticas das comunidades tradicionais.

Referências

BAKHTIN, Michael. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BRASIL. Constituição (2007). **Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007**. Decreto Nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007. Brasília, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.html>. Acesso em: 14 maio 2021.

IBAÑEZ, Alfonso; LEDEZMA, Noel Aguirre. **El Buen Vivir: na utopía en proceso de construcción**. Bogotá: Desde Abajo, 2013.

DIEGUES, Antônio Carlos. Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil. In: DIEGUES, Antônio Carlos. **O mito da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, Núcleo de Apoio pesquisa sobre Populações Tradicionais Áreas Úmidas Brasileiras, USP, 2000.

OPPA, Carina Catiana. **Comunidades tradicionais em movimento: modos de vida e educação ambiental para o desenvolvimento territorial sustentável em uma unidade de conservação Marinho-costeira no litoral de Santa Catarina**. 2015. 273f. Tese (Doutorado). Rio Grande: Programa de Pós-graduação em Educação Ambiental, Universidade Federal do Rio Grande, 2015. Disponível em: <https://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/8427/FOPPA%2c%Carina%20Catiana.pdf?sequence=1&isAllowed=y> Acesso em: 14 maio 2021.

LEFF, Enrique. **Discursos Sustentáveis**. São Paulo: Cortez, 2010.

OLSSON, Per; FOLKE, Carl; BERKES, Fikret. Adaptive comanagement for building resilience in social-ecological systems. **Environmental management**, v. 34, n. 1, p. 75–90, 2004. Disponível em: <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/s00267-003-0101-7.pdf?pdf=button> Acesso em: 14 maio 2021.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. As Pesquisas Denominadas Do Tipo “Estado da Arte” em Educação. **Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 6, n.19, p. 37-50, set-dez. 2006. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/dialogoeducacional/article/view/24176>. Acesso em: 14 maio 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009.

SILVA, Klaus Pereira da.; GUEDES, Ana Lucia. Buen Vivir Andino: Resistência /ou alternativa ao modelo hegemônico de desenvolvimento. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 3, Artigo 8, p. 682-693. Rio de Janeiro, jul./set. 2017. Disponível em:
<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cadernosebape/article/view/62230/69410>
Acesso em: 14 maio 2021.

TOLEDO, Victor; BARRERA-BASSOLS, Narciso. **A memória biocultural**: a importância ecológica das sabedorias tradicionais. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

VOLOSHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 9.ed. São Paulo: Hucitec, 2017.

WEILER, Jaqueline Maria Alexandre. **Diálogo entre a escola e o saber-fazer de uma comunidade tradicional**: possibilidade de transição para um espaço educador sustentável. 2015, 169 pp. Dissertação (Mestrado). Itajaí: Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Vale do Itajaí, 2015. Disponível em:
<http://siaibib01.univali.br/pdf/Jaqueline%20Maria%20Alexandre%20Weiler.pdf> Acesso em: 14 maio 2021.

WEELIE, Daan Van.; WALSH, Arjen. Making biodiversity meaningful through environmental education. **International Journal of Science Education**, v. 24, n.11, p. 113-1156, 2002. DOI:
<http://dx.doi.org/10.1080/09500690210134839>

Submetido em: 16/10/2022

Publicado em: 16/12/2022